

ANTÔNIO GRAMSCI E O OFÍCIO DO HISTORIADOR COMPROMETIDO COM AS LUTAS POPULARES

Autor: Anita Leocadia Prestes

Instituição: Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ

RESUMO

No texto aborda-se a questão de qual deve ser a postura do historiador comprometido com as lutas populares, com os interesses de classe dos explorados e oprimidos. Faz-se uma discussão a respeito do ofício de tal historiador e da sua prática diante da História Oficial, que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia.

Afirma-se que o marxismo é a opção teórica que melhor consegue explicar racionalmente o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual. Destaca-se a importância do legado teórico de A. Gramsci para o ofício do historiador que pretende contribuir para a elaboração de uma história dos movimentos sociais no Brasil e, em particular das lutas dos comunistas brasileiros durante o século XX. Ressalta-se o papel dos *intelectuais orgânicos* (segundo Gramsci) – e, em particular, dos historiadores – junto aos movimentos populares.

São abordados vários momentos e diversos aspectos da história do PCB tendo como pressupostos teóricos categorias gramscianas como *sociedade civil* e *sociedade política*, *consenso* e *hegemonia*, *guerra de posição* e *guerra de movimento*, entre outras. É discutido o conceito de *bloco histórico* de Gramsci e sua aplicação para o entendimento da atuação política dos comunistas. Da mesma forma, tendo como base as indicações gramscianas sobre o conceito de *partido político* e a respeito da formação do *grupo dirigente* do Partido Comunista, apresenta-se uma proposta de explicação para as características assumidas pelo PCB a partir de sua Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943.

O texto ressalta as inesgotáveis possibilidades que a contribuição teórica de Gramsci oferece para a elaboração de uma História comprometida com a evidência e, por isso mesmo, também com as aspirações de emancipação econômica, social e política de milhões de homens e mulheres explorados e oprimidos, com os objetivos dos movimentos sociais e das lutas populares por um mundo melhor, com justiça social e liberdade, por um futuro socialista.

PALAVRAS-CHAVE: GRAMSCI – OFÍCIO DO HISTORIADOR – HISTÓRIA DO
PCB

TEXTO

Como é sabido, não existe História neutra ou História que seja uma mera reprodução dos fatos ocorridos em determinado momento histórico. O fato histórico é uma escolha do historiador, um recorte feito por ele e que reflete seu posicionamento diante do mundo e daquela realidade que está sendo por ele descrita. A História é uma construção, que pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade.

Numa sociedade atravessada, e movida, por conflitos sociais, ou seja, numa sociedade onde há explorados e exploradores, onde há classes antagônicas, a História Oficial

é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes. Em outras palavras, é uma construção das classes sociais que detém o poder e os meios de comunicação. E isso é verdade, mesmo quando tal situação está mascarada, não explicitada, quando não é evidente.

Qual deverá ser, portanto, a postura do historiador comprometido com as lutas populares, com os interesses de classe dos explorados e oprimidos? Como deverá ser o ofício de tal historiador? Qual deverá ser a prática desse historiador diante da História Oficial, que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia?

No meu entender, é o *marxismo* que melhor consegue responder aos grandes desafios postos perante a humanidade, que melhor consegue *explicar racionalmente* o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual, período pós Era dos Extremos, segundo a expressão cunhada por Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 1995)

O grande historiador francês Pierre Vilar escreveu que é necessário encontrar “no espaço e no tempo, o marco legítimo de modelo estrutural utilizável em história” e concluiu que “até o momento, o melhor marco parece ser o proposto por Marx: a noção de *‘modo de produção’*”. Segundo Vilar, “*um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total*”, é o modelo capaz de assegurar uma explicação racional do funcionamento das sociedades humanas (VILAR, 1982: 67). A meu ver, a partir desse modelo é possível aproximar-se de uma explicação científica das sociedades humanas.

Marx e Engels, os pais fundadores da teoria marxista, abriram caminho para que a História se tornasse uma “ciência em construção”, nas palavras de Pierre Vilar (VILAR, 1979: 146-178), para que conceitos como *classe*, *luta de classes* e *Estado* adquirissem caráter científico. Se Lênin desenvolveu a teoria marxista na época do imperialismo e nas condições de um país atrasado como a Rússia czarista, coube ao filósofo e dirigente revolucionário italiano Antônio Gramsci um papel extraordinário no que diz respeito à teorização do Estado, do poder e da política, numa situação diferente, existente no Ocidente europeu no primeiro pós-guerra. Tendo por base o conceito de *hegemonia*, elaborado e amplamente utilizado por Lênin, em particular em sua obra *O Estado e a Revolução* (LÊNIN, 1960: 291-389), Gramsci o viria a desenvolver de forma criativa.

Torna-se, pois, indispensável abordar a teoria gramsciana do “*Estado ampliado*”. Segundo Christine Buci-Glucksmann, “a ampliação do conceito de Estado” constitui a maior contribuição teórico-política de Gramsci. (BUCI-GLUCKSMANN, 1976: 65)

Em que sentido podemos falar em “ampliação” do conceito de Estado por parte do filósofo italiano? De acordo com Guido Liguori, em duas direções principais:

1ª direção) Sem invalidar a tese marxista da determinação “em última instância” do Estado e da política pelos fatores econômicos, Gramsci percebeu a presença de uma nova relação entre política e economia como um dos traços peculiares do século XX. Em outras palavras, destacou a importância dos fenômenos relacionados com a *autonomia relativa* do Estado e da política, dentre os quais o fascismo adquiria grande destaque. (LIGUORI, 2007: 13-14)

2ª direção) A compreensão da nova relação entre “*sociedade política*” e “*sociedade civil*” (entendida esta como “lugar de consenso”), a que Gramsci chega formulando sua teoria da *hegemonia*. É uma relação – entre sociedade política e sociedade civil – que, segundo este autor, começa a mudar já no século XIX, para afirmar-se plenamente no século XX. Tal mudança é expressa pela metáfora espacial “Oriente-Occidente”, segundo a qual a Rússia seria o “Oriente” e a Europa Ocidental, o “Occidente”. (Idem: 14) No Oriente a sociedade civil seria débil, pouco desenvolvida, se comparada com a robustez da mesma no Occidente.

Devo lembrar que, para Gramsci, o Estado pode ser examinado em dois grandes níveis: o que ele denomina de *sociedade civil*, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente chamados “privados”; e o da *sociedade política* ou Estado propriamente dito. A *sociedade civil* corresponde à função hegemônica que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a *sociedade política* à função de dominação direta ou de comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2001, V.2: 20-21) Na sociedade civil se elaboram as concepções do mundo, as ideologias e todas as atividades mais ou menos intelectuais pelas quais se amalgamam as diversas formas do consenso social, desde os jornais até os organismos religiosos ou escolares. Na sociedade civil se elabora o *consenso* em torno dos interesses dominantes na sociedade, tem lugar a *hegemonia* da classe dominante, que é transmitida e difundida junto aos grupos subalternos. (Idem)

Resumindo, podemos afirmar que, segundo Gramsci, não existe uma separação orgânica entre *sociedade civil* e *sociedade política*. Tal separação é apenas metodológica. O importante é compreender que toda classe dominante exerce a dominação através da *coerção* (cujos aparelhos fazem parte da sociedade política) e também do *consenso* e da *hegemonia* (produzidos na *sociedade civil*). É na sociedade civil que tem lugar a luta ideológica entre diversas concepções do mundo, ou melhor, entre as ideologias dos grupos dominantes e as dos setores dominados e explorados. Para Gramsci, a sociedade civil é atravessada e movida pelas lutas de classes, tese oposta à de ideólogos burgueses, como é o caso de Norberto

Bobbio, para quem a sociedade civil seria o lugar do *consenso*, compreendido por este autor como *entendimento*, numa concepção de caráter liberal, segundo a qual não existiriam interesses antagônicos em choque (LIGUORI, 2007: 39-41).

É na sociedade civil que, de acordo com Gramsci, atuam os *intelectuais orgânicos*, aqueles intelectuais que expressam consciente ou inconscientemente os interesses dos diferentes grupos sociais existentes em cada sociedade. Segundo Gramsci, cada classe gera seus *intelectuais orgânicos*, ou produtores culturais, que atuam na *sociedade civil*, representando os interesses dos grupos dominantes nessa sociedade, e contribuem para que seja assegurada, através do consenso, a hegemonia desses setores. Para haver hegemonia, é necessário que haja aceitação e adesão dos setores subalternos ou dominados.

Voltando à produção da *História Oficial*, entendo que ela é construída pelos donos do poder (as classes dominantes), ou, segundo A. Gramsci, pelos seus *intelectuais orgânicos*. Em outras palavras, a História Oficial é expressão da ideologia dominante, ou seja, dos interesses das classes dominantes numa determinada sociedade dividida em classes antagônicas.

Por isso mesmo, a História Oficial freqüentemente não atende ao compromisso do historiador com a *evidência*. Nas palavras de E. Hobsbawm, ao criticar o irracionalismo “pós-moderno”: “(...) é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da *evidência* (...). Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa, mas organiza objetos encontrados”. (HOBSBAWM, 1998: 286-287; grifo meu).

Nos dias de hoje, a meu ver, a *luta ideológica* é a principal forma da luta de classes, que não deixará de existir enquanto perdurarem o capitalismo e a exploração do homem pelo homem. (A violência, ou coerção, estará sempre presente, como a Espada de Dâmoçles, quando necessária na manutenção do poder.) As classes dominantes buscam a *hegemonia através do consenso*. Mas, quando necessário, apelam para a coerção.

Eis a razão por que a elaboração da *História Oficial* adquire uma importância crescente nas sociedades contemporâneas. Trata-se de proclamar e difundir *as vitórias e os sucessos* alcançados pelos donos do poder, de hoje e do passado, nos permanentes conflitos sociais presentes na história mundial. Trata-se de consagrar o capitalismo. Em contrapartida, os ideais e as lutas dos setores, que não obtiveram êxito em seus propósitos revolucionários e transformadores e, muitas vezes, sofreram duras derrotas, são, segundo a lógica da História Oficial, *esquecidos, silenciados, deturpados e combatidos*. Em nossas sociedades contemporâneas, são os *intelectuais orgânicos*, comprometidos com a burguesia que cumprem a função de produzir tal História Oficial. Dessa forma, são consagradas inúmeras *deformações* históricas, inúmeras inverdades históricas e silenciados numerosos acontecimentos que não são do

interesse dos setores dominantes que sejam do conhecimento da grande maioria das pessoas e, em particular, das novas gerações.

Entretanto, a hegemonia das classes dominantes nunca é absoluta, pois a exploração capitalista e o agravamento dos conflitos sociais levam ao surgimento de *intelectuais orgânicos* comprometidos com os interesses dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos. O historiador marxista E.P. Thompson escreve: “não posso aceitar a opinião (...) de que a hegemonia imponha um domínio total sobre os governados – ou sobre todos aqueles que não são intelectuais – que atinge até mesmo o limite de sua experiência, e implanta em seus espíritos desde o seu nascimento categorias de subordinação, das quais são incapazes de libertar-se e, para cuja correção, sua experiência resulta impotente” (THOMPSON, 1984: 60).

Observação fundamental para quem pretende contribuir para a elaboração de uma outra História, uma História comprometida com a *evidência*, uma História que possa ajudar a construir uma outra *hegemonia* ou, dito de outra maneira, uma *contra-hegemonia*. Uma História comprometida com a criação de propostas libertadoras e de emancipação da grande maioria dos homens e mulheres explorados, oprimidos e subordinados na sociedade capitalista em que vivemos. O historiador engajado em tal proposta poderá transformar-se num *intelectual orgânico* comprometido com os interesses populares, os interesses da maioria do povo brasileiro, se estiver atento para a postura militante que deve assumir diante da História Oficial, produzida pelos intelectuais orgânicos a serviço da burguesia.

Tendo como ponto de partida tais pressupostos, para mim, o ofício de historiador consiste no esforço permanente de contribuir para a elaboração de uma história dos movimentos sociais no Brasil e, em particular, das lutas dos comunistas brasileiros durante o século XX comprometida tanto com a evidência quanto com a perspectiva de uma solução revolucionária para o nosso povo. Nesse sentido, o legado de Gramsci é primordial.

Em meu último livro, recentemente publicado (PRESTES, 2010), resultante de ampla pesquisa em fontes diversificadas da atuação dos comunistas brasileiros no período 1945 a 1956/58 - e do papel de Luiz Carlos Prestes à frente do Partido Comunista durante esses anos -, as categorias gramscianas de *sociedade civil* e *sociedade política*, *consenso* e *hegemonia*, *guerra de posição* e *guerra de movimento*, entre outras, constituem referências teóricas de valor inestimável para os resultados a que pude chegar.

Vale a pena lembrar, por exemplo, que os comunistas brasileiros, assim como boa parte dos seus contemporâneos do movimento comunista internacional, sempre afirmaram em seus documentos que, na atuação política de seus partidos, uma das metas mais

importantes seria a conquista da *hegemonia* da classe operária junto aos diferentes setores sociais aliados nos processos revolucionários em pauta. Meta essa fundamental para que os objetivos revolucionários traçados pudessem ser efetivamente alcançados.

Como era entendida, entretanto, na maioria dos casos, tal luta pela hegemonia da classe operária? Ao não levar em conta o papel desempenhado pelo *consenso* e a *hegemonia* alcançados pelos *intelectuais orgânicos* das classes dominantes na *sociedade civil* (na concepção gramsciana de tais categorias), ao desconsiderar, frequentemente, o papel decisivo do *consenso* e da *hegemonia* construídos pela burguesia nas sociedades contemporâneas, os comunistas, muitas vezes, subestimaram a importância da luta ideológica. Ainda que esta fosse bastante enfatizada nos documentos partidários, ao não perceber a necessidade imperiosa, para o êxito de qualquer transformação revolucionária, da construção de uma *contra-hegemonia* revolucionária na *sociedade civil*, os dirigentes comunistas, por vezes, abdicaram, na prática, de um empenho real voltado para a formação de *intelectuais orgânicos* comprometidos com a elaboração de tal *contra-hegemonia* e com a luta pela sua conquista.

Na história do PCB, tais fatores contribuíram para que a ideologia burguesa alcançasse significativa penetração em suas fileiras. Desde a sua fundação, na década de 1920, o *nacionalismo*, sob diferentes formas, viria a tornar-se a concepção ideológica dominante entre os comunistas brasileiros. Como pude mostrar em meu referido livro:

“A comparação entre as várias formas de nacionalismo que estiveram presentes em diversos momentos da trajetória política dos comunistas brasileiros contribui para que melhor se possa perceber a permanência nas fileiras do PCB da ideologia *nacional-libertadora* – ideologia esta que, encontrando ampla receptividade na sociedade brasileira dos anos 1950, sobrepôs-se à ideologia do proletariado, ou seja, contribuiu para que o PCB continuasse a ser, como antes, um partido progressista, movido pelos ideais nacionalistas e democráticos, cuja real implementação se tornara inviável devido às características do desenvolvimento capitalista brasileiro, subordinado e associado ao grande capital internacionalizado.” (PRESTES, 2010: 154)

Penso que, o desconhecimento da teoria gramsciana do *Estado ampliado* e de suas importantes implicações, em particular no que diz respeito à luta pela hegemonia na sociedade civil, contribuiu para que os dirigentes do PCB incorressem num sério risco, para os marxistas, advertido por E. Hobsbawm, de “aceitar o nacionalismo como ideologia e programa, ao invés de encará-lo realisticamente como um fato, uma condição de sua luta como socialista” (HOBSBAWM, 1980: 310).

Conforme pude observar, ao pesquisar a trajetória dos comunistas brasileiros, “se o PCB, desde o início de sua formação, sofreu forte influência das idéias e das posturas nacionalistas presentes na sociedade brasileira da época, nos anos 1940-1950 – quando o

nacionalismo se tornou um verdadeiros “divisor de águas” – a adesão do PCB às teses nacionalistas então em voga seria particularmente marcante” (PRESTES, 2010: 59).E tais teses ficaram consagradas na literatura com a etiqueta de *nacional-desenvolvimentismo*.

A incompreensão da necessidade de elaborar um *projeto revolucionário* viável para a construção de uma *contra-hegemonia*, ou seja, capaz de conquistar e unificar amplos setores populares, formando um consenso de contestação ao consenso dominante - fabricado pelos intelectuais orgânicos da burguesia através principalmente do controle dos meios de comunicação de massa -, levou o PCB, na prática, a abandonar os objetivos revolucionários consagrados nos documentos partidários, a enveredar irremediavelmente pelo caminho do reformismo burguês. Na história do PCB, principalmente a partir dos anos 1950, o reformismo, se caracterizaria pela adesão à ideologia do nacional-desenvolvimentismo e a permanência da ilusão na possibilidade de alcançar um capitalismo autônomo em nosso país, com a colaboração de uma hipotética burguesia nacional.

A ausência de um projeto revolucionário viável para as condições do Brasil, contribuiu para que o PCB se mantivesse apegado durante décadas às formulações de uma revolução por etapas, explicitada numa estratégia nacional-libertadora, cuja inadequação à realidade do país acarretava a adoção por parte do partido de drásticas viradas táticas ora à “esquerda” ora à “direita” (PRESTES, A.L.,1980). Como conseqüência, os comunistas brasileiros pouco contribuíram para uma efetiva acumulação de forças, conforme as diretrizes de grande parte dos documentos partidários. As categorias gramscianas de *guerra de posição* e *guerra de movimento* (ou assalto ao poder) nos ajudam a melhor compreender a política do PCB. Podemos dizer que uma estratégia política reformista e inadequada às condições do Brasil não ajudava os comunistas a acumularem forças num processo de *guerra de posição*, segundo Gramsci. Ao mesmo tempo, favorecia a afirmação de uma concepção golpista de assalto imediato ao poder, ou *guerra de movimento*, tática de sucesso improvável nas condições do mundo ocidental pós Primeira Guerra Mundial, conforme Gramsci explicitou nos *Cadernos do Cárcere*. Para o filósofo e dirigente comunista italiano, no mundo contemporâneo, em que a *sociedade política* está vinculada a uma robusta *sociedade civil*, a *guerra de posição* seria o caminho para acumular forças e preparar as condições para o sucesso dos revolucionários na conquista do poder, momento em que a *guerra de movimento* seria oportuna e necessária (GRAMSCI, 2000, V.3: 255-257, 261-262).

Pude observar que na história do PCB, assim como na de grande parte dos seus congêneres em diversos continentes, a defesa de políticas de alianças com outros partidos políticos e com outras forças sociais e políticas pode ser considerada uma constante. Com

certa frequência aparecem referências à necessidade de formar um *bloco histórico* de setores sociais possuidores de interesses e reivindicações comuns ou convergentes. Na realidade, trata-se da tentativa de formação de uma aliança baseada numa certa identidade de interesses econômicos. Entretanto, o conceito gramsciano de *bloco histórico* pressupõe o *momento político* dessa aliança. “Sua constituição está assentada em classes ou grupos concretos definidos pela sua situação na sociedade, mas as idéias cumprem um papel fundamental no que se refere à sua coesão.” Em outras palavras, no *bloco histórico*, há “uma estrutura social – as classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas também há uma superestrutura ideológica e política”. (BIGNAMI, s.d.: 27)

Gramsci escrevia nos *Cadernos do Cárcere* que, segundo Marx, “uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material”. Tal afirmação, segundo o filósofo italiano,

“conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2001, V.1: 238).

Os elementos citados da concepção gramsciana de *bloco histórico* permitem perceber o frequente empobrecimento de tal conceito no âmbito dos partidos comunistas. Nas fileiras do PCB semelhante postura, por exemplo, teria como consequência a subestimação pelo trabalho ideológico de formação teórica e política não só dos seus quadros como também de lideranças populares. A incompreensão da necessidade de criar um *bloco histórico* contra-hegemônico, capaz de conduzir o processo revolucionário à vitória, condicionou o desarmamento ideológico e político dos comunistas diante do *bloco histórico* dominante e a inevitável capitulação frente ao reformismo burguês.

As indicações gramscianas sobre o conceito de *partido político* também são significativas, quando se quer escrever a história de um partido. Segundo Gramsci,

“pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país.” (GRAMSCI, 2000, V.3: 87)

Tendo como base as considerações de Gramsci sobre a formação do *grupo dirigente* do Partido Comunista por ele fundado e dirigido, verifiquei que, para melhor compreender a orientação política posta em prática pelo PCB a partir dos anos 1940, seria

necessário analisar a reestruturação por que passou, nesse período, a direção partidária. Gramsci escrevia que “todos os problemas de organização são problemas políticos” (GRAMSCI, 2004, V.2: 348) e acrescentava: “É preciso criar no interior do Partido um núcleo (...) de companheiros que tenham o máximo de homogeneidade ideológica e, portanto, consigam imprimir à ação partidária um máximo de unidade de orientação” (idem:129-130). A tal núcleo caberia o papel de garantir a “formação de uma vanguarda proletária homogênea e ligada às massas” (idem: 351). Para Gramsci, a formação do *grupo dirigente* ou *núcleo dirigente* constituía um ponto de partida fundamental para a construção do Partido Comunista e, conseqüentemente, as características de tal grupo dirigente iriam definir o perfil da organização partidária em questão.

A pesquisa da história dos comunistas brasileiros por mim desenvolvida me levou à conclusão de que na Conferência da Mantiqueira do PCB, realizada em agosto de 1943, foi constituído um novo *grupo dirigente*, que, embora no decorrer dos anos, sofreria algumas modificações, seus elementos mais destacados foram os que orientaram a reconstrução do partido e o dotaram de um tipo de organização que correspondia aos objetivos políticos traçados naquela Conferência. O caráter nacional-libertador da política então aprovada seria sua marca registrada. As características do novo grupo dirigente iriam definir o perfil da organização partidária que viria a existir daí por diante. O berço do novo PCB, reconstruído após seu esfacelamento em 1940, seria a Conferência da Mantiqueira, e o seu novo perfil foi determinado pelo *núcleo dirigente* constituído nesse conclave.

Ao estudar a trajetória dos comunistas brasileiros, é possível perceber a atualidade das considerações gramscianas concernentes “à capacidade do partido reagir contra o espírito consuetudinário, isto é, contra as tendências a se mumificar e tornar anacrônico”.

Gramsci escrevia:

“Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes, mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (...) no país em questão ou no campo internacional. (...) A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar.”(GRAMSCI, 2000, V. 3: 61-62)

Palavras estas adequadas à caracterização da crise que atingiu o PCB no final dos anos 1970 e levou Luiz Carlos Prestes a lançar a “Carta aos Comunistas” de março de 1980 (PRESTES, L.C., 1980).

Os exemplos por mim mencionados são reveladores das inesgotáveis possibilidades que, através dos caminhos apontados pela contribuição teórica de Gramsci, se abrem para a elaboração de uma História comprometida com a evidência e, por isso mesmo, também com as aspirações de emancipação econômica, social e política de milhões de homens e mulheres explorados e oprimidos, com os objetivos dos movimentos sociais e das lutas populares por um mundo melhor, com justiça social e liberdade, que, a meu ver, só poderá ser conquistado com uma transformação radical, de caráter socialista.

Referências:

- BIGNAMI, A. *El pensamiento de Gramsci: una introduccion*. 2 ed. Buenos Aires: Editorial El Folleto, s.d.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e lo statuto: per una teoria materialistica della filosofia*. Roma: Riuniti, 1976.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V. 1.
- _____. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V. 2.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, V.3.
- _____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, V. 2.
- HOBBSBAWM, E. Nacionalismo e marxismo. In: J. PINSKY (org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 294-323.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LENIN, V. I. *Obras escogidas en tres tomos*. Moscú: Progreso, 1960, V. 2.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- PRESTES, A. L. “A que herança devem os comunistas renunciar?” *Oitenta*, Porto Alegre: LP&M, nº 4, 1980.
- _____. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- PRESTES, L.C. *Carta aos comunistas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1984.
- VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). *História: novos problemas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Alves, 1979, p. 146-178.
- _____. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1982.